



Índice

- 01** [Ministério recebe demandas de Colônia de Pescadores de Ilhéus \(BA\)](#)
- 02** [Assembleia faz audiência pública em Paranaguá sobre indenizações a pescadores](#)
- 03** [Comunidades quilombolas recebem incentivo para crescer](#)
- 04** [Encontro de grupos tradicionais](#)
- 05** [Mais de metade da população quilombola passam fome, segundo o governo](#)
- 06** [Quilombo do Jaó resgata cultura afro-brasileira em Itapeva](#)
- 07** [Terras Quilombolas – governo Dilma titula apenas nove terras, todas parcialmente](#)
- 08** [Assistência técnica beneficiará cinco mil famílias quilombolas](#)
- 09** [Pesquisa sobre segurança alimentar e nutricional em comunidades quilombolas é lançada em Brasília](#)
- 10** [MPF quer impedir ANA de autorizar obras em rios da Amazônia](#)
- 11** [Diálogos da Pesca é bastante prestigiado em sua abertura oficial](#)
- 12** [Número de famílias quilombolas aumentou no Bolsa Família](#)
- 13** [Aracruz planta eucalipto em córregos dentro de terras quilombolas](#)
- 14** [MPMA ajuíza ação para defender moradores da Vila Cajueiro](#)
- 15** [Governo e Pnud irão mapear comunidades tradicionais de matriz africana](#)
- 16** [Missa dos Quilombos marca a abertura oficial da Semana da Consciência Negra no Amapá](#)



-
- 17** Artesanato quilombola em exposição em JPArtesanato quilombola em exposição em JP
 - 18** CRC participa de ação social em Comunidade QuilombolaCRC participa de ação social em Comunidade Quilombola
 - 19** Emater fortalece atendimento a quilombolas
 - 20** Ypo'i: "Estamos aqui em homenagem aos cinco anos de passagem dos assassinatos de Rolindo e Jenivaldo Vera"
 - 21** MPF recomenda imediata suspensão de leilão de florestas na região das terras Munduruku
 - 22** Aty Guasu encaminha carta aberta com decisão e reivindicações à Presidenta da República do Brasil



01 Ministério recebe demandas de Colônia de Pescadores de Ilhéus (BA)

SÍTIO PORTAL BRASIL, 20.11.2014

Colônia conta com mais de seis mil pescadores necessita de máquina de gelo para operar produção de 24 toneladas ao dia

por Portal Brasil

O Secretário Executivo do Ministério da Pesca e Aquicultura, Otacílio de Lima Araújo, recebeu uma pauta de reivindicações da Colônia Z-34.

O presidente da comunidade, Reinaldo de Oliveira dos Santos – o Zé Neguinho, apresentou demandas relacionadas à saúde, capacitação, infraestrutura e logística dos pescadores da região de Ilhéus (BA).

Segundo o presidente, a colônia conta com mais de seis mil pescadores e marisqueiras e necessita de uma máquina de gelo com capacidade para operar na produção de 24 toneladas ao dia.

Hoje, os pescadores contam com uma máquina que trabalha com nove toneladas ao dia, sendo insuficiente para a grande demanda local. “Essa carência afeta nossa produção e acabamos perdendo competitividade no mercado”, afirma.

Sanidade pesqueira

Outra preocupação relatada ao secretário está relacionada ao cumprimento das normas de sanidade pesqueira.

Hoje o traslado do pescado produzido na região é realizado em um caminhão sem baú refrigerado, o que dificulta o transporte dos pescados e não se encaixa nos padrões exigidos pela fiscalização.

Para sanar esse problema os pescadores buscam recursos para aquisição de um caminhão de 15 toneladas Termoking.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 209/ 2014

Brasília, 21 de novembro de 2014.

Acompanhado do assessor de relações públicas, João Santos de Melo, e o secretário da Pesca de São Gonçalo (RJ), Francisco Vicenildo de Medeiros, o presidente Reinaldo solicitou apoio para a construção de um prédio multifuncional.

Este local abrigaria um Núcleo de Atendimento Médico, Telecentro e ampliaria o Serviço de Atendimento ao Consumidor – SAC.

Fonte:

[Ministério da Pesca](#)



Boletim de Notícias - Edição nº 209/ 2014

Brasília, 21 de novembro de 2014.

02 Assembleia faz audiência pública em Paranaguá sobre indenizações a pescadores
SÍTIO CORREIO DO LITORAL.COM, 20.11.2014

20/11/2014 15:48 | Redação | Paranaguá



A Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa promove audiência pública em Paranaguá sobre a indenizações a pescadores.

A audiência será conduzida pelo presidente da Comissão, deputado Tadeu Veneri, e está sendo realizada a pedido da comunidade de pescadores, que alega estar tendo problemas para receber as indenizações decorrentes do vazamento de óleo do Poliduto Olapa, ocorrido em 2001. O acidente deixou milhares de pescadores sem exercer a atividade durante um longo período, motivando as ações judiciais contra a Petrobras para compensação dos danos.

O objetivo da audiência é ouvir as famílias e o Ministério Público Estadual sobre o andamento das ações e a liberação dos recursos que estão depositados no Banco do Brasil.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 209/ 2014

Brasília, 21 de novembro de 2014.

A audiência será realizada entre 9h30 e 12h30, no Ginásio de Esportes Albertina Salmon, em Paranaguá.

Os principais acidentes ambientais que afetaram a pesca no Litoral do Paraná

Poliduto Olapa

16 de fevereiro de 2001 – Em decorrência de fortes chuvas, a barreira de proteção que cercava o Poliduto Olapa, da Petrobras, se rompeu, jogando nas baías de Antonina e Paranaguá 48,5 mil litros de óleo. Milhares de pescadores ficaram sem trabalho, gerando uma série de pedidos judiciais de indenização. A Petrobras alega que o acidente se deu em circunstâncias que fugiram à sua responsabilidade. (Fonte: Gazeta do Povo)

Navio Norma

18 de outubro de 2001 – O navio Norma, da Petrobras, bate em uma pedra na baía de Paranaguá e um dos tanques que transportava nafta é atingido provocando o vazamento de 392 mil litros do produto, um derivado do petróleo que é altamente inflamável. O técnico mergulhador Nereu Gouveia morre enquanto avalia os danos no casco do petroleiro. Ele foi vítima de edema pulmonar devido a uma intoxicação aguda por nafta. (Fonte: Gazeta do Povo)

Navio Vicuña

15 de novembro de 2004 – O navio chileno Vicuña explode e mata dois tripulantes, despejando 291 mil litros de metanol, óleo diesel e óleo lubrificante na Baía de Paranaguá, que impediram a pesca por dois meses. Foram atingidas quatro unidades de conservação: Parque Nacional do Superagui, Estação Ecológica de Guaraqueçaba, Parque Estadual da Ilha do Mel e Estação Ecológica da Ilha do Mel. O óleo chegou ainda à Ilha da Cotinga e à Guaraqueçaba. (Fonte: Gazeta do Povo)



Boletim de Notícias - Edição nº 209/ 2014

Brasília, 21 de novembro de 2014.

03 Comunidades quilombolas recebem incentivo para crescer SÍTIO PORTAL BRASIL, 20.11.2014

No Brasil, existem mais de 2,3 mil comunidades quilombolas reconhecidas pelo governo federal, localizadas em 24 estados

por Portal Brasil

MDA



Comunidades quilombolas brasileiras contam com uma série de iniciativas do governo federal para valorização da cultura local, produção regional e desenvolvimento sustentável

Nesta quinta-feira (20), é comemorado o Dia Nacional da Consciência Negra. A data, considerada feriado oficial em 1.046 cidades brasileiras, é dedicada à reflexão sobre a inserção do negro na sociedade brasileira.

No Brasil, existem mais de 2,3 mil comunidades quilombolas reconhecidas pelo governo federal, localizadas em 24 estados, segundo dados da Fundação Cultural Palmares.

Essas comunidades têm forte presença nos estados do Maranhão, Bahia, Pará, Minas Gerais e Pernambuco. De acordo com dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), atualmente, existem 1.386 processos de regularização dos territórios quilombolas no órgão.

As comunidades quilombolas brasileiras contam com uma série de iniciativas do governo federal para valorização da cultura local, produção regional e desenvolvimento sustentável.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 209/ 2014

Brasília, 21 de novembro de 2014.

“Temos um conjunto de programas para que esses grupos acessem e, assim, se fortaleçam”, afirma o coordenador-geral das Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Edmilton Cerqueira.

Entre elas, está o Selo Quilombos do Brasil que identifica os produtos agrícolas, artesanais e alimentícios produzidos por essas comunidades tradicionais. Em todo o país, 40 produtos já possuem a identificação.

Além disso, são realizadas ações que aumentem a capacidade produtiva, como os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e as oficinas de comercialização para comunidades quilombolas.

Em todo o País, somente no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, as chamadas de Ater preveem o atendimento de 8.165 famílias quilombolas, dessas 1.175 já foram atendidas e 5.890 contam, atualmente, com o apoio dos técnicos para a produção familiar.

“Essas chamadas de Ater estão interligadas a outras políticas como as de comercialização nos programas de Alimentação Escolar (Pnae) e o de Aquisição de Alimentos (PAA)”, ressalta o coordenador.

Sobre as oficinas, o MDA promove em novembro e dezembro cursos que serão realizados na Bahia, Minas Gerais, Maranhão e São Paulo. Entre os assuntos abordados estão as políticas públicas de apoio à comercialização das comunidades tradicionais.

Fonte:

[Ministério do Desenvolvimento Agrário](http://www.mda.gov.br)



Boletim de Notícias - Edição nº 209/ 2014

Brasília, 21 de novembro de 2014.

04 Encontro de grupos tradicionais

SÍTIO DIÁRIO DA MANHÃ (DM), 20.11.2014

DIÁRIO DA MANHÃ

ASSESSORIA

A Frente-Afro, Frente de Articulação Política Afro-brasileira do Estado de Goiás, promove de hoje até domingo o Seminário Comunidades em Situação de Vulnerabilidade em Goiás. Trata-se de um seminário estadual das comunidades tradicionais realizado pelas entidades que compõem a Frente de Articulação Afro-brasileira no Estado de Goiás, ou seja: quilombolas, hip-hop, povo de terreiro, congo, indígena, ciganos, capoeira, teatro, comunicação social, comunitário, criança e adolescentes, habitação e outras.

É um encontro de movimentos sociais e culturais de Goiás, para avaliar as políticas públicas atuais desses setores, proposições para os próximos anos e ações emergenciais. Palestras, GT's e plenárias com especialistas das áreas.

O seminário, terá o encerramento no domingo (23) com apresentação artísticas de diversas linguagens comunitárias, finalizando com show do escritor e cantor/rapper GOG, com entrada de 1kg de alimento não perecível. Os alimentos serão parte da colaboração com a campanha Natal sem Fome do Centro de Referência da Juventude (CRJ).



05 Mais de metade da população quilombola passam fome, segundo o governo
SÍTIO DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 20.11.2014

Agência Brasil

Mais da metade (55,6%) dos adultos quilombolas estão em situação de insegurança alimentar no Brasil. Os dados estão no estudo Quilombos do Brasil: Segurança Alimentar e Nutricional em Territórios Titulados, lançado hoje (20) pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e pela Secretaria de Políticas e Promoção da Igualdade Racial (Seppir). A publicação apresenta a pesquisa sobre a situação alimentar e nutricional em comunidades quilombolas e o acesso delas a serviços e programas governamentais, além do perfil socioeconômico das famílias e comunidades.

Entre crianças e adolescentes, 41,1% da população estudada estão na mesma situação de insegurança alimentar. Quando analisada por regiões, a maior taxa é encontrada no Baixo Amazonas (79,1%), e a menor em comunidades do Semiárido (15,9%). O estudo também engloba o nordeste paraense, com 43% das crianças vulneráveis, o norte maranhense (45,7%), o norte Semiárido (31,7%) e o Centro-Sul (18%).

“O quadro vivenciado pelo Baixo Amazonas é gravíssimo quando se constata que a cada cinco residências, quatro têm crianças com carência alimentar – fome. As regiões nordeste paraense, norte maranhense e norte Semiárido têm frequências elevadas, e no Semiárido e Centro-Sul os valores são expressivamente mais baixos, porém observa-se a existência dessa situação”, diz o estudo.

A coleta em campo foi realizada em 2011, em 55 municípios de 14 estados. Foram visitados 97 territórios quilombolas, nos quais vivem 40.555 pessoas, em 9.191 domicílios distribuídos em 169 comunidades. O levantamento leva em conta as comunidades que receberam o título de posse coletiva da terra, entre 1995 e 2009, e também apresenta dados sobre o estado nutricional das crianças menores de 5 anos.

O estado nutricional de uma pessoa é o reflexo da ingestão, absorção e utilização dos nutrientes dos alimentos, e a população quilombola estudada apresentou maior déficit de estatura em crianças. “O déficit de estatura reflete a desnutrição crônica em crianças. Para o conjunto das regiões estudadas, 2,4% das crianças investigadas apresentaram este diagnóstico, sendo que o Semiárido apresentou déficit nutricional ainda maior, com frequência de 5,9%”, diz o estudo.

O risco de sobrepeso e obesidade também é evidenciado nas comunidades. Para o total de crianças avaliadas, uma em cada cinco apresenta sobrepeso, apesar da grande vulnerabilidade econômica e social destas populações. “Os quilombos do Centro-Sul, situados perto de muitos centros urbanos e com alta

CONT.



densidade populacional, têm 32,7% de suas crianças em situação de excesso de peso. Este diagnóstico pode estar refletido na má qualidade da dieta que as crianças têm acesso”.

O sumário executivo da pesquisa está disponível na página da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (Sagi) do MDS.

“Os resultados encontrados sinalizam para uma situação de grande vulnerabilidade vivenciada pelos quilombolas. Como fator condicionante, poderiam ser mencionados o isolamento geográfico e social, bem como a baixa integração dos territórios quilombolas com outros espaços geopolíticos dos municípios em que a oferta de bens e serviços públicos é maior. Uma vez que a relação com o território é tão particular para este segmento, a violência decorrente dos conflitos persistentes e dos problemas não resolvidos, em termos de ocupação territorial, agrava este quadro”, de acordo com o sumário.

Segundo a secretária da Seppir, Silvanir Euclênio Silva, os dados do estudo já estão servindo de instrumental para elaborar políticas públicas que resolvam a situação de vulnerabilidade em que os quilombolas se encontram, como a potencialização da capacidade de produção das comunidades.

Ela destaca ainda a importância da apresentação do estudo no Dia Nacional da Consciência Negra, que, segundo ela, é o símbolo da capacidade de superação e da resiliência e insurgência da população negra. “Um povo que foi capaz de construir um herói [Zumbi dos Palmares] e uma data, celebrada de Norte a Sul do país, independente[mente] das instituições, este dia representa a capacidade de resgatar a humanidade que nos foi negada”, disse.



Boletim de Notícias - Edição nº 209/ 2014

Brasília, 21 de novembro de 2014.

06 Quilombo do Jaó resgata cultura afro-brasileira em Itapeva
SÍTIO GLOBO.COM (G1), 20.11.2014

Antigos hábitos são preservados e passados de pai para filho.

Dia da Consciência Negra é lembrado na comunidade.

Do G1 Itapetininga e Região

<http://g1.globo.com/sao-paulo/itapetininga-regiao/noticia/2014/11/quilombo-do-jao-resgata-cultura-afro-brasileira-em-itapeva.html>

Os moradores da Comunidade do Quilombo do Jaó, em Itapeva (SP), comemoraram nesta quinta-feira (20) o Dia da Consciência Negra. A data faz referência à morte de Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares, e foi instituída em 2011. A comunidade desenvolve diversas atividades que buscam manter e incentivar a cultura afro-brasileira. Desde cedo, crianças conhecem os costumes da cultura africana, deixando o passado vivo.

A principal atração da escola é a capoeira. A harmonia entre as famílias e a comunidade tem trazido resultados. “Temos uma parceria interessante com os pais e a comunidade, mas principalmente com a cultura, fazendo com que ela não se perca”, afirma a diretora da escola da comunidade, Patrícia Santos Nunes.



Crianças na Comunidade do Quilombo do Jaó (Foto: Reprodução/ TVTEM)

Mas, nem sempre foi assim, conforme conta a dona de casa Malvina de Alexandre Campos, de 63 anos,

CONT.



uma das moradoras mais antigas do quilombo, nascida e criada na comunidade. “Buscávamos água longe para preparar alimentos ou tomar banho. Não havia fogão a gás, nem geladeira, só comíamos frango, mas de um tempo pra cá, tudo mudou”, afirma.

Atualmente, 53 famílias moram no Quilombo do Jaó, em uma área de mais de 150 hectares. Dentro desse espaço, um grupo de mulheres tenta por meio da arte, não deixar a cultura ser esquecida, produzindo peças à mão com cores e estampas que representam o visual afro-brasileiro.

O projeto de artesanato das mulheres da comunidade tem apoio da Fundação Nacional de Artes (Funarte) e as artesãs usam as mãos, para dar continuidade ao trabalho que começou há muito tempo: “Usamos estampas africanas, com o objetivo de resgatar as origens”, explica a artesã conceição aparecida.

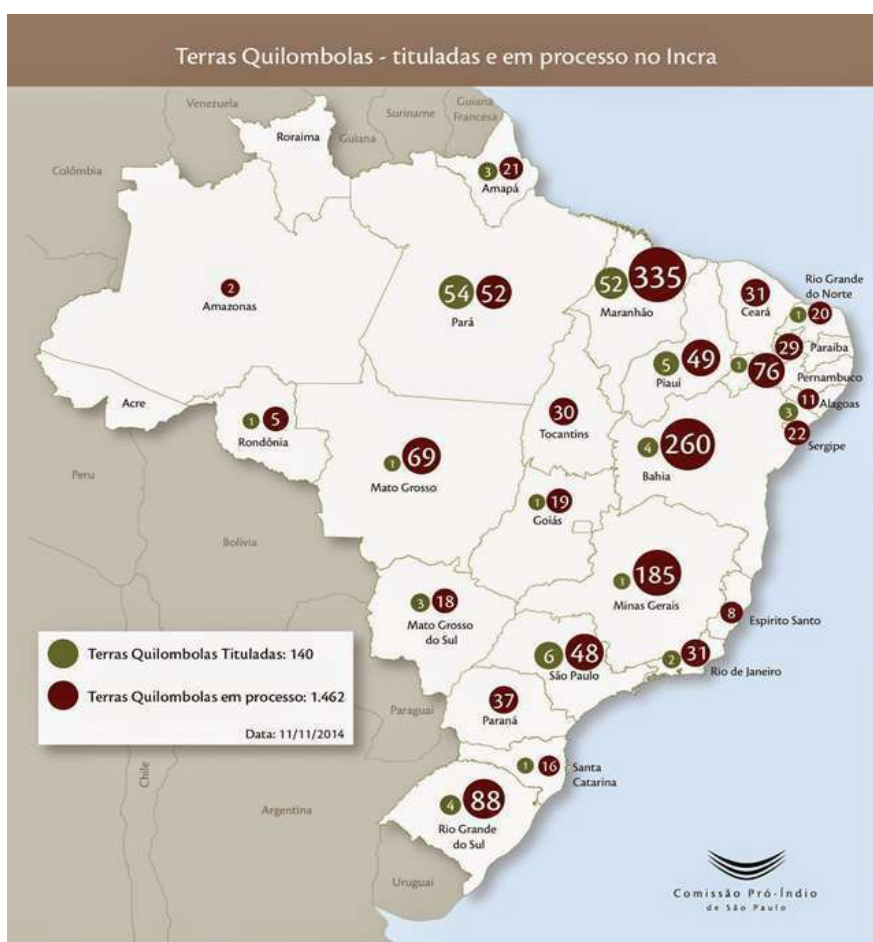
Outra atividade bastante presente no quilombo é o cultivo da agricultura. Tudo o que vem da terra é fonte de renda para as famílias. Ao todo, são 42 hortas espalhadas nas diferentes famílias do quilombo. O cultivo é passado de geração em geração e o presidente da Associação de Moradores do Jaó, Antônio Aparecido de Oliveira, explica a tradição. “Procuramos ensinar a todos, desde as crianças até os jovens. É uma troca de experiências muito boa, pois quando estivermos cansados, os mais novos vão continuar.”



Quilombo do Jaó resgata cultura afro-brasileira em Itapeva (Foto: Reprodução / TV TEM)

07 Terras Quilombolas – governo Dilma titula apenas nove terras, todas parcialmente
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.11.2014

Por CombateRacismoAmbiental



Em mais um Dia Nacional da Consciência Negra (20 de novembro), os quilombolas têm pouco a comemorar. 2014 foi mais um ano de poucas titulações: seis terras regularizadas, sendo quatro parciais pelo Incra e duas pelo governo do Maranhão.

[Comissão Pró-Índio de São Paulo](http://ComissaoProIndio.deSaoPaulo)

CONT.



O primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff está chegando ao seu final sem que se registre qualquer mudança no ritmo lento de titulações de terras quilombolas que marcou também a gestão de seus antecessores, Luis Inácio Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso. Até 13 de novembro, a presidente Dilma Rousseff havia titulado apenas nove terras, todas parcialmente. No Incra, aguardam por conclusão mais de 1.400 processos.

Mais um governo que pouco avançou na efetividade do direito dos quilombolas às suas terras. Atualmente, [140 terras quilombolas](#), onde vivem 229 comunidades, estão tituladas, sendo que parte delas apenas parcialmente. Nas áreas regularizadas encontram-se 12.428 famílias o que representa 5,8% das 214.000 famílias que a [SEPPPIR](#) estima ser a população quilombola no Brasil.

Os estados com maior número de territórios quilombolas titulados são o Pará (54 terras) e Maranhão (52), placar garantido principalmente pela ação dos governos estaduais. O Instituto de Terras do Pará (Iterpa) tituló 46 terras e no Maranhão todas foram regularizadas pelo Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (Iterma).

Desempenho FHC, Lula e Dilma

A primeira titulação de uma terra quilombola se deu em 1995 no governo Fernando Henrique Cardoso, sete anos após a Constituição Federal ter assegurado aos quilombolas a propriedade de suas terras.

Em seus oito anos de mandato, FHC tituló 8 terras num total de 116.491,5614 hectares onde vivem 1.120 famílias. Porém todas essas titulações ocorreram até a metade do segundo mandato. A partir do ano 2000, deu-se uma reviravolta nesse caminho. Entre outras medidas restritivas aos direitos quilombolas, o governo FHC, através da Fundação Cultural Palmares outorgou 11 títulos às comunidades quilombolas sem garantir a desapropriação, reassentamento ou desintrusão. A medida seguia o entendimento que não cabia ao Estado a responsabilidade por tais medidas e sim aos quilombolas. Os resultados foram a continuidade dos conflitos e títulos que não puderam ser registrados em cartório. Por fim, no governo Lula, o Incra teve que abrir novos processos para regularizar essas mesmas áreas.

Mas mesmo descontados títulos sem valor legal, o governo FHC foi o que mais hectares tituló: os 116.491,5614 ha representam quase o triplo da dimensão regularizada no governo Lula (39.232,4399 ha). As comunidades beneficiadas na maioria estavam situadas no Pará em áreas devolutas da União.

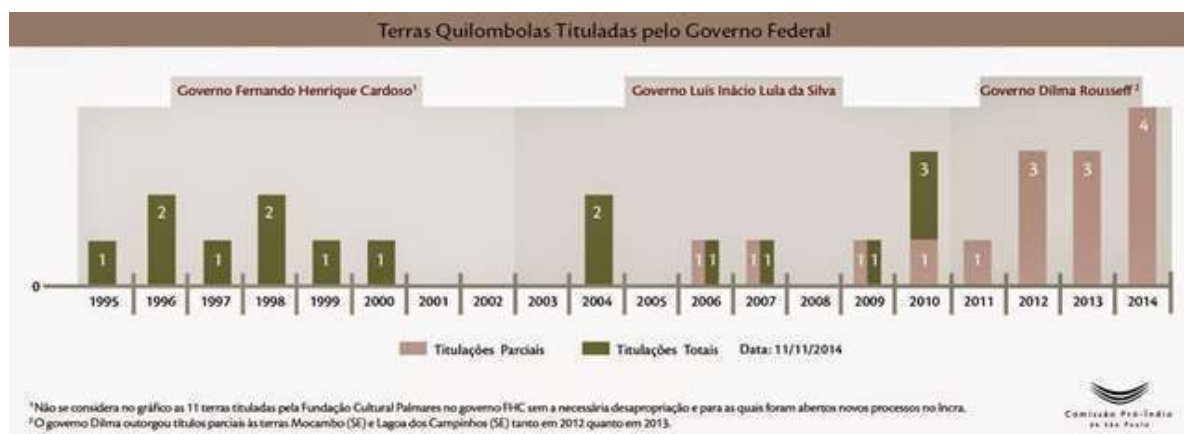
O presidente Lula, em seus dois mandatos, tituló 8 terras e regularizou parcialmente outras 4

CONT.



beneficiando 1.059 famílias. Em seu governo foi editado o primeiro decreto de desapropriação de terras quilombolas em âmbito federal, e até o fim de seus dois mandatos foram 43 decretos editados em benefício de comunidades quilombolas.

Já a presidente Dilma, até 13 de novembro, havia regularizado parcialmente nove terras onde vivem 1.192 famílias. A dimensão regularizada soma cifras bem modestas, 2.497,1640 hectares. O valor corresponde a apenas 8,5% do número total de hectares a serem tituladas a essas nove terras.



Andamento dos processos no Governo Dilma

No governo Dilma foram publicados 13 relatórios de identificação e delimitação de terras quilombolas e também 16 portarias reconhecimento como terra quilombola. Foram editados 22 decretos de desapropriação beneficiando 23 comunidades.

Os complexos caminhos que envolvem a desapropriação de imóveis incidentes nos territórios quilombolas explicam em parte a demora na finalização dos processos e também a emissão de títulos parciais outorgados à medida que os acordos com os diferentes proprietários ocorrem (em uma mesma terra quilombola podem incidir diferentes imóveis). As crescentes contestações judiciais dos processos em diferentes fases também constituem outro obstáculo na efetivação das titulações.

Mas esses fatores por si só não explicam porque 88% dos 1.462 processos em curso no Incra ainda não ultrapassaram a fase inicial de identificação do território a ser titulado, a partir da qual se abre o período de contestação.

A agilização dos estudos e dos levantamentos necessários à identificação dos territórios quilombolas

CONT.

demanda uma estrutura muito maior do que a atual. Embora seja inegável que nos últimos anos houve um fortalecimento do “setor quilombola” do Incra, com contratação de profissionais, este ainda está muito aquém do necessário para impulsionar o andamento dos processos.

E não se pode deixar de lembrar dos processos cujo os relatórios de identificação estão prontos, tecnicamente aprovados, mas que não são publicados – algo semelhante ao que [ocorre com as terras indígenas](#). Questões políticas de diferentes ordens vêm emperrando essas publicações.

É o que ocorre com relatórios das [comunidades de Oriximiná](#), no Pará, que não são publicados pois as áreas de tais comunidades estão sobrepostas à Unidades de Conservação. Contrariando a [norma](#) que estabelece que os relatórios devem ser publicados e depois então consultados os demais órgãos, há mais de um ano o Incra segura a publicação em busca de um entendimento com o Ministério do Meio Ambiente.



Quilombo Jauari (PA) que teve suas terras tituladas em 1998 (Incra) e 2000 (Iterpa) – Foto: Carlos Penteado

O mandato Jatene decepciona

O governo do Pará que historicamente apresenta um desempenho de destaque na titulação de terras quilombolas decepcionou no atual mandato de Simão Jatene (PSDB): apenas duas terras foram tituladas beneficiando 291 famílias distribuídas em 9 comunidades.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 209/ 2014

Brasília, 21 de novembro de 2014.

Desde 1997, quando procedeu a primeira titulação, os sucessivos governos do Pará vinham garantindo a regularização das terras quilombolas em ritmo singular. Foram 16 terras regularizadas nos dois mandatos de Almir Gabriel (PSDB), 10 no governo anterior Simão Jatene e 20 no governo de Ana Julia Carepa (PT).

O mandato atual do governador Jatene registrou uma preocupante queda no ritmo das titulações estaduais que garantiram o Pará a posição de estado com maior número de terras tituladas no Brasil.



08 Assistência técnica beneficiará cinco mil famílias quilombolas
SÍTIO SEPPIR, 21.11.2014

Cinco mil famílias quilombolas do Amapá, Bahia, Mato Grosso, Minas Gerais e Pará serão atendidas com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater). O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) publicou, nesta sexta-feira (21), a [chamada pública 06/2014](#) que irá selecionar entidades para atender a famílias de descendentes de escravos em situação de extrema pobreza, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria.

A iniciativa busca ampliar o número de comunidades e famílias quilombolas que têm acesso aos serviços. “A chamada prevê três momentos: o de mobilização das famílias, o de diagnóstico da situação da área produtiva e social das famílias e, por último, a elaboração do projeto de inclusão produtiva do técnico de Ater com as famílias e de acordo com as particularidades de cada um”, explica o coordenador-geral de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais do MDA, Edmilton Cerqueira.

O atendimento das famílias será dividido em sete lotes e a vigência dos contratos será de três anos. O investimento total é de R\$ 18,9 milhões.

A ação compreende o planejamento, a execução e a avaliação de atividades individuais e coletivas, com vistas à inclusão produtiva, promoção da segurança alimentar e incremento da renda. “Esperamos que as famílias possam aumentar sua capacidade de produção, diversificá-la e que, também, possam comercializar os produtos para garantir qualidade de vida e aumento da renda”, destaca o coordenador.

Na prática

Há dois anos, a quilombola Josefa Cardoso, 32, moradora da zona rural de Angico, em Pernambuco, passou a receber assistência técnica. “Aprendo a forma certa de cultivar o milho, o feijão, de criar porco. Isso me garante uma renda no final do mês”, afirma.

A quilombola lembra que antes não tinha capacidade de manter a produção e que chegava a perder muito alimento e trabalho. “Antes eu não produzia nada, depois da assistência melhorou muito, agora faço bom proveito da minha terra”, afirma.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 209/ 2014

Brasília, 21 de novembro de 2014.

Ouçã [aqui](#) a matéria de rádio.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA



Boletim de Notícias - Edição nº 209/ 2014

Brasília, 21 de novembro de 2014.

09 Pesquisa sobre segurança alimentar e nutricional em comunidades quilombolas é lançada em Brasília
SÍTIO SEPPIR, 20.11.2014

Resultado de parceria da SEPPIR com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, publicação “Quilombos do Brasil: Segurança Alimentar e Nutricional em Territórios Titulados” foi lançada nesta quinta-feira (20), Dia da Consciência Negra



Os principais resultados da pesquisa “Avaliação da situação de segurança alimentar e nutricional em comunidades quilombolas tituladas” foram lançados na manhã desta quinta-feira (20), Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra.

Considerada um levantamento inédito junto à população quilombola, a publicação traz vários artigos em perspectivas temáticas complementares acerca da situação nutricional de crianças, das condições de vida das famílias e do acesso a programas públicos em 169 comunidades quilombolas tituladas. A obra visa à divulgação de avaliações e estudos, além de disseminar resultados de pesquisas e discutir acerca das políticas, programas, ações e serviços sociais dirigidos ao segmento.

A publicação “Cadernos de Estudos – Desenvolvimento Social em Debate – Quilombos do Brasil: Segurança Alimentar e Nutricional em Territórios Titulados” é fruto de parceria entre a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR-PR) e o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Segundo a secretária de Políticas para Comunidades Tradicionais da SEPPIR, Silvany Euclênio, a pesquisa é fruto de um esforço conjunto entre os dois órgãos federais e visa fornecer subsídios para a formulação de políticas voltadas para o segmento.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 209/ 2014

Brasília, 21 de novembro de 2014.

“Hoje, os dados disponíveis revelam uma grande vulnerabilidade relacionada aos quilombolas. Existe uma postura do governo de colocar esse grupo como prioritário e, em posse desses dados, poderemos em pouco tempo alcançar resultados positivos já que as políticas serão formuladas com base em informações reais”, afirmou Euclênio. “Não podemos esquecer que hoje é o Dia da Consciência Negra, destacou ainda a secretária, afirmando que o 20 de Novembro é símbolo da capacidade de superação, resiliência e insurgência da população negra. Então, estarmos aqui, fazendo esse lançamento nesta data é extremamente simbólico”, ressaltou.

O secretário-executivo da SEPPIR, Giovanni Harvey, destacou a trajetória das políticas de promoção da igualdade racial, tendo como referência o lançamento da publicação no 20 de novembro. “Ao longo desses 30 anos, essa política vem se consolidando no governo, partindo do reconhecimento da contribuição da população negra na composição da sociedade brasileira, passando pela criação da SEPPIR e a transversalidade da política. A temática deixa de ser um debate do movimento negro e é absorvido pelo Estado brasileiro”, salientou Harvey.

O secretário-executivo interino do MDS, Marcelo Cardona, também ressaltou a importância da publicação. “Para nós, hoje também é um dia de celebração. Reduzir as desigualdades é um dos compromissos assumidos por essa gestão. E esse é um esforço que só é possível de ser feito através da parceria. Hoje, estamos aqui com a SEPPIR para apresentar dados que vão subsidiar ações do Estado para mudar a situação de grupos que estão em um estágio desfavorável e exige uma atuação mais incisiva do governo”, afirmou o gestor.

Selo Quilombos do Brasil

Durante o lançamento, também foi anunciado o “Selo Quilombos do Brasil”, uma estratégia voltada para a identificação dos produtos oriundos de Comunidades Quilombolas, como verduras, legumes, polpas de frutas, laticínios e artesanato. A iniciativa, criada no âmbito do Programa Brasil Quilombola, promove maior valorização étnico-cultural e possibilita novos espaços de comercialização para a produção genuína do segmento.

20 de Novembro - Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra

A programação do evento foi organizada em função do ‘Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra’, celebrado em 20 de novembro. A data, celebrada pelo movimento social negro desde os anos 1970 e

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 209/ 2014

Brasília, 21 de novembro de 2014.

instituída como data oficial nacional através da Lei Nº 12.519/2011, faz referência à morte do líder Zumbi dos Palmares, símbolo da luta pela liberdade e valorização do povo afro-brasileiro. O 20 de novembro já foi decretado feriado em mais de mil municípios brasileiros.



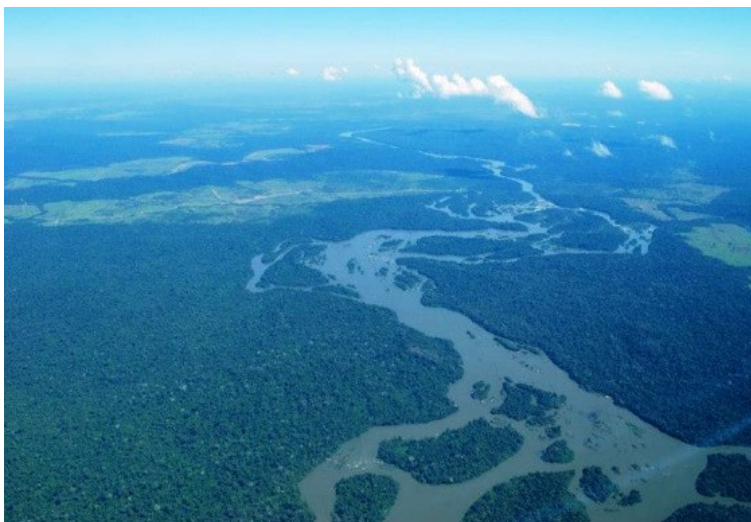
10 MPF quer impedir ANA de autorizar obras em rios da Amazônia
SÍTIO EXPRESSO MT, 20.11.2014

Na Amazônia, onde está a maior parte da água do país, a Agência Nacional de Águas nunca exigiu o planejamento do uso dos rios e mesmo assim concede outorgas

Fonte: Agência Brasil

A A A

Crédito: Reprodução



Procuradores da República de seis estados pedem que a Justiça Federal proíba a Agência Nacional de Águas (ANA) de autorizar novos empreendimentos em importantes rios da Amazônia brasileira sem que, antes, sejam criados os chamados comitês de bacia hidrográfica. São colegiados com a participação da sociedade civil que, entre outras coisas, definem os mecanismos de uso compartilhado da água e o plano de recursos hídricos de cada bacia.

Os procuradores ingressaram nesta quarta-feira (19), com ações em tribunais federais do Amapá, Pará, Amazonas, em Mato Grosso, Rondônia e Roraima. Eles pedem que a agência seja proibida de emitir a Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica para quaisquer empreendimentos que estejam em fase de licenciamento nas bacias dos rios Tapajós, Teles Pires, Madeira, Ji-Paraná, Negro, Solimões, Oiapoque,

CONT.



Jari, Araguaia, Tocantins e Trombetas, antes que os comitês de bacia sejam criados, e seus membros nomeados e empossados. No total, foram ajuizadas nove ações.

“Rigorosamente, a ação inviabiliza qualquer empreendimento futuro [nos rios da região amazônica], pois, para fazer qualquer coisa é preciso a outorga da ANA. O propósito é assegurarmos que tenhamos água suficiente e de qualidade para a população”, explicou a subprocuradora-geral da República, Débora Duprat, que coordena a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF – órgão setorial do MPF, responsável por tratar dos temas relacionados às comunidades tradicionais, como índios, quilombolas, ribeirinhos e ciganos.

A subprocuradora garantiu que, se aceitos pela Justiça, os pedidos dos procuradores não afetarão os empreendimentos em curso. Não está descartada, no entanto, a hipótese de ajuizamento de outras ações, inclusive em outras regiões do país. Segundo Débora, a iniciativa foi motivada pela preocupação do MPF com os rios amazônicos, com a disponibilidade de água e com a má gestão dos recursos hídricos.

“Estamos vivendo uma crise hídrica sem precedentes [em outras regiões] devido à má gestão desses recursos. Para nossa surpresa, ao começarmos a trabalhar com os rios amazônicos, descobrimos que a bacia amazônica não tem comitês. Ou seja, não tem um plano de uso e de gestão da água”, acrescentou a subprocuradora, revelando que os próprios procuradores da 6ª Câmara decidiram ingressar com as ações considerando que a Constituição Federal prevê a existência de um sistema nacional de gestão de recursos hídricos e que uma resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente estabelece que qualquer empreendimento leve em consideração os impactos para a bacia hidrográfica.

“Não é possível acumularmos empreendimentos sem sabermos a capacidade das bacias hidrográficas de suportar isso sem comprometer a existência d'água para seu principal fim, que é o uso humano”. De acordo com Débora, os procuradores da 6ª Câmara constataram que as bacias da região amazônica não dispõem de comitês hidrográficos enquanto analisavam os impactos da construção de usinas hidrelétricas nos rios Teles Pires e Tapajós.

Procuradora da República em Santarém, Fabiana Schneider destacou a importância dos comitês e do planejamento no uso da água. “Com tantos empreendimentos sendo planejados para a região, se não houver um planejamento mínimo, holístico, [outras exigências administrativas] quase não surtirão resultados concretos. O licenciamento ambiental, por exemplo, costuma ser concentrado em uma área e em um empreendimento, enquanto o comitê leva em conta a bacia hidrográfica”.

Procurada pela Agência Brasil, a Agência Nacional de Águas informou que não foi notificada sobre as ações e que só irá se pronunciar após analisar juridicamente as petições.

11 Diálogos da Pesca é bastante prestigiado em sua abertura oficial
SÍTIO PORTAL O DIA, 21.11.2014

foi realizado na noite desta quinta-feira, dia 20, a abertura oficial

II Encontros de Pesca do Timonha e Ubatuba.



O evento aconteceu na beira do mar de Cajueiro da Praia e contou com a presença de pescadores e marisqueiras do estuário da região, bem como de diversas instituições e projetos que serão parte das discussões e debates durante os três dias de atividades.

Estiveram representados na abertura do evento as colônias de pescadores de Cajueiro da Praia, Barroquinha e Chaval, bem como instituições como a Aquasis, UFPI (campus Parnaíba), UESPI (campus Parnaíba), Embrapa Meio-Norte, IFCE (Campus de Acaraú), APA Delta do Parnaíba, UFS, ISA, PAPESCA/SOLTECH/UFRJ, além dos projetos convidados Biomade, TAMAR e De Olho na Água.



Nas falas, a representante do ICMBio, Patrícia Claro, levantou um histórico de toda a mobilização feita com

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 209/ 2014

Brasília, 21 de novembro de 2014.

as comunidades pesqueiras da região para que seja realizado o Acordo de Pesca. A presidente da Associação de Pescadores e Marisqueira do Estuário do Timonha e Ubatuba, Claudiana Araújo, mostrou que a entidade a qual preside já é fruto desse empoderamento das comunidades e representa os pescadores das cidade de Cajueiro da Praia (PI), Chaval e Bitupitá (CE).



O coordenador geral do Pesca Solidária, zootecnista Leandro Inakake, apresentou as ações desenvolvidas pelo projeto nas áreas de pesquisa com peixes, água, aves e mamíferos como o peixe-boi, além de ressaltar o trabalho de geração de renda, educação ambiental e da implantação do Acordo de Pesca na região. O Diálogos da Pesca trata-se de uma iniciativa do Projeto Pesca Solidária, executado pela Comissão Ilha Ativa com patrocínio da Petrobras, através do Programa Petrobras Socioambiental, e acontecerá até o dia 22 de novembro no município de Cajueiro da Praia. Palestrantes do Amazonas, Rio de Janeiro, Sergipe, Ceará e Piauí darão suas contribuição em diversos temas relacionados às comunidades produtivas e suas organizações.



CONT.



SOBRE O DIÁLOGOS DA PESCA:

O II Encontros de Pesca do Timonha e Ubatuba se caracteriza como um evento técnico-cultural, com foco na troca de conhecimentos científicos e tradicionais, por meio da participação de pescadores, marisqueiras, estudantes e pesquisadores. De acordo com a programação, haverá oficinas teóricas e práticas relacionadas a temas socioambientais e atividades de pesca; discussões e troca de experiências sobre organização social, acordo de pesca e territórios pesqueiros, limpeza de praia, trilhas ecológicas, exposições, além de espaços de confraternização.



PROGRAMAÇÃO

Dia 21 de novembro (Sexta-feira)

6:00h às 7:00h – Vivências – Trilha do Peixe-boi. Saída: Base do Projeto Peixe-boi;

7:30 as 8:30 – Café da manhã. Local: Base do Projeto Peixe-boi;

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 209/ 2014

Brasília, 21 de novembro de 2014.

9:00h às 12:00h (Oficinas) Estatística Pesqueira – Ana Rosa Araújo (UFS). Local: Auditório Base do Peixe-boi; Monitoramento Participativo da Pesca – Francilene Pinheiro – Instituto Socioambiental – ISA. Local: Auditório da Base do Peixe-boi; Gestão de Projetos Solidários – Sidney Lianza e Rosilene Augusta (PAPESCA/SOLTECH/UFRJ). Local: Unidade Escolar Manoel Ricardo; Trançando Palhas de Carnaúba – Serrate (Trançados da Ilha). Local: Unidade Escolar Manoel Ricardo; Bijuteria com Escama de camurupim – Eurico (Majorlândia – Beberibe/CE). Local: Unidade Escolar Manoel Ricardo; Construção de Marambaia – José Milton – RESEX Prainha do Canto Verde. Local: Garagem na Base do Projeto Peixe-boi;

10h – Lanche (nos respectivos locais de atividade);

12:30h às 13:30h – Almoço. Local: Ginásio Poliesportivo do Cajueiro;

14:00h às 17:00h – Diálogo de Saberes. Local: Ginásio Poliesportivo do Cajueiro; Tema: Organização Social e Acordo de Pesca Marcelo Apel (moderador) – Coordenador Socioambiental do Projeto Pesca Solidária; João Pinto dos Santos – Conselho de Pesca do Tapará – Santarém, PA; Ezequias Pereira dos Santos – Associação de Pescadores e Marisqueiras do Estuário Timonha e Ubatuba (APEMTU); Maria Luiza Sousa Santos – Presidente da Associação dos Catadores de Marisco de Ilha Grande (ACMIG); Everalda Maria Quinteiro de Araújo – Presidente da Associação de Pescadores de Manjuba do Rio Igaraçu; José Edinaldo Rocha da Silva – Colônia de Pescadores Z-20 – Santarém, PA;

19:00h – Jantar. Local: Ginásio Poliesportivo de Cajueiro da Praia;



Dia 22 de novembro (sábado)

6:00 as 7:30h – Vivências – Campanha de Limpeza de Praia. Local: Praia de Cajueiro da Praia;

7:30h às 8:30h – Café da manhã. Local: Base do Projeto Peixe-boi;

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 209/ 2014

Brasília, 21 de novembro de 2014.

9:00h às 12:00h (Oficinas) Estatística Pesqueira – Ana Rosa Araújo (UFS). Local: Auditório Base do Peixe-boi; Monitoramento Participativo da Pesca – Francilene Pinheiro – Instituto Socioambiental – ISA. Local: Auditório da Base do Peixe-boi; Gestão de Projetos Solidários – Sidney Lianza e Rosilene Augusta (PAPESCA/SOLTECH/UFRJ). Local: Unidade Escolar Manoel Ricardo; Trançando Palhas de Carnaúba – Serrate (Trançados da Ilha). Local: Unidade Escolar Manoel Ricardo; Bijuteria com Escama de camurupim – Eurico (Majorlândia – Beberibe, CE). Local: Unidade Escolar Manoel Ricardo; Construção de Marambaia – José Milton – RESEX Prainha do Canto Verde. Local: Garagem na Base do Projeto Peixe-boi; 10h Lanche (nos respectivos locais de atividade);

12:30h às 13:30h Almoço. Local: Ginásio Poliesportivo do Cajueiro;

14:00h às 17:00h Diálogo de Saberes. Local: Ginásio Poliesportivo do Cajueiro. Tema: Territórios Pesqueiros, Osmar Braga e Samuel Melo – UFPI (moderador); Martilene Rodrigues – Movimento dos Pescadores e Pescadoras do Brasil – MPP; Roberto Carlos – Resex Prainha do Canto Verde; Julanês Cunha (Júlio) – Pescador Artesanal Praia da Pedra do Sal; Jonas Ferreira – Presidente da Colônia de Bitupitá Z-23; Francisco – Chaval, CE; Alexandre Anderson – AHOMAR;

15:30h – Lanche. Local: Ginásio Poliesportivo de Cajueiro da Praia;

19:00h – Jantar de encerramento. Local: Ginásio Poliesportivo Cajueiro; A partir das 10h – Espaços Paralelos: atividades para comunidade e participantes. Local: Ginásio Poliesportivo de Cajueiro da Praia. Projeto Biomade; Projeto TAMAR; Projeto De Olho na Água; Comissão Ilha Ativa (CIA).

Fonte: Ascom

Edição: Erismar Calixto



12 Número de famílias quilombolas aumentou no Bolsa Família
SÍTIO PORTAL BRASIL, 21.11.2014

Aprimoramento

Participantes aumentam de 46 mil, em 2011, para 93 mil, em 2014; plano mudou forma de atender públicos específicos

por Portal Brasil

O número de famílias quilombolas beneficiárias do Bolsa Família dobrou nos últimos três anos – passou de 46 mil, em 2011, para 93 mil, em 2014. Este salto só foi possível graças às ações estratégicas do Plano Brasil Sem Miséria.

Segundo o secretário de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Paulo Jannuzzi, o plano mudou a forma de atender públicos específicos, como os quilombolas.

“É isso que faz com que as políticas públicas avancem”, ressaltou o secretário, no lançamento dos principais resultados da Pesquisa de Avaliação da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional em Comunidades Quilombolas Tituladas.

O estudo, realizado em 2011, identificou as necessidades dos quilombolas e vai contribuir para o aprimoramento de programas sociais voltados a esta população.

Em todo o Brasil, são 2.080 comunidades quilombolas.

O trabalho é uma iniciativa do MDS, com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e da Coordenação Nacional de Articulação dos Quilombos (Conaq).

Durante a apresentação dos resultados, o secretário executivo do MDS, Marcelo Cardona, exaltou a integração entre diversos órgãos para resgatar essa parcela da população em situação de extrema pobreza

CONT.



e isolamento. “Temos clareza e convicção de que existem comunidades em condições desfavoráveis e que exigem que o Estado esteja lá”, disse.

A importância da intersectorialidade das ações foi destacada pelo secretário executivo da Seppir, Giovanni Harvey.

“O debate da igualdade racial tornou-se transversal. Deixa de ser um debate exclusivo do movimento negro, da sociedade e da Seppir, e passa a ser uma discussão do Estado brasileiro”, disse.

Características

O estudo visitou 169 comunidades quilombolas entre abril e novembro de 2011 – aproximadamente 9,2 mil domicílios.

A pesquisa inédita analisou o perfil nutricional de 4,2 mil crianças quilombolas menores de cinco anos, a situação de segurança alimentar e o acesso das famílias a serviços, benefícios e programas governamentais.

Além disso, a pesquisa descreveu as características socioeconômicas das comunidades quilombolas e traçou o perfil demográfico de suas lideranças.

Em relação ao perfil nutricional, o resultado mais atenuante é o dos quilombos da região Centro-Sul, onde 32,7% das crianças apresentam sobrepeso – o que reflete a má qualidade da dieta que estas crianças têm acesso.

Quanto à segurança alimentar, 55,6% dos adultos ficaram um dia sem comer ou comeram apenas uma vez no dia porque não tinha comida em casa.

Esse fato ainda é mais expressivo quando analisado separadamente pelas regiões pesquisadas. O maior percentual registrado foi no Baixo Amazonas (86,3%).

Segundo o levantamento, o maior grau de insegurança alimentar se dá quando as crianças do domicílio passam por privação alimentar devido à falta de disponibilidade do alimento.

No Baixo Amazonas, esse quadro é considerado grave (79,1%) – a cada cinco residências, quatro têm crianças que passam por privação de alimentos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 209/ 2014

Brasília, 21 de novembro de 2014.

Leia [aqui](#) os principais resultados da Pesquisa de Avaliação da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional em Comunidades Quilombolas Tituladas.

Quilombolas em números

No Brasil, são mais de 2,3 mil comunidades reconhecidas* pelo Governo Federal, localizadas em 24 estados, exceto no Acre, Roraima e Distrito Federal, onde não há ocorrência.

Os grupos têm forte presença nos estados do Maranhão, Bahia, Pará, Minas Gerais e Pernambuco.

Além de produção e renda, o Governo Federal garante também o direito à terra. Atualmente, existem 1.386 processos de regularização dos territórios quilombolas no Incra, segundo o próprio instituto.

Fonte:

[Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome](#)

13 Aracruz planta eucalipto em córregos dentro de terras quilombolas
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 21.11.2014

Por [CombateRacismoAmbiental](#)



Empresa já havia realizado plantios anteriormente no mesmo local onde, após a retirada dos eucaliptais, nasceram acácias e pequenas matas

Any Cometti, [Século Diário](#)

A Aracruz Celulose (Fibria) está plantando eucalipto em áreas a menos de três metros de distância de córregos, em Conceição da Barra (norte do Estado), localizados nas proximidades dos territórios quilombolas de Roda D'água e São Jorge. Os plantios ocorrem em lugares onde, anos atrás, já haviam sido plantados eucaliptais, que foram retirados para uma tentativa de reflorestamento que não chegou a ser concretizada. Neste meio tempo, cresceram no local diversos exemplares de acácias e outras espécies nativas, que agora estão sendo retiradas para dar lugar à monocultura.

A retirada das acácias e o plantio dos eucaliptais são feitos por maquinário pesado, em cerca de sete hectares ao redor e, em alguns trechos até mesmo dentro de brejos, sem sequer respeitar a área de proteção obrigatória por lei. Como consta no atual Código Florestal, a Lei nº12.651/12, as Áreas de Preservação Permanente (APPs) são faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, que vão desde a borda da calha do leito regular, em larguras que variam entre 30 metros e 500 metros, dependendo da largura do curso em questão.

CONT.



As comunidades quilombolas da região, que já convivem com o constante lançamento de agrotóxicos e outros venenos sobre os eucaliptais da Aracruz, agora correm ainda mais riscos de ficarem sem os afluentes que irrigam suas terras, prejudicando ainda mais a sua subsistência já precária devido à pobreza do solo na região. Eles denunciam que enfrentam dificuldades com relação à regularização de seus territórios rurais pelo Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal (Idaf).

As comunidades também desistiram de entrar em contato com a Polícia Ambiental, justificando que esta apenas repreende os quilombolas, sem apresentar pareceres desfavoráveis à Aracruz. Além do veneno com que convivem diariamente, os quilombolas também estão sujeitos ao isolamento, já que diversos dos acessos às comunidades também estão sendo fechados pelos eucaliptais da Aracruz. A empresa tenta, há anos, se apropriar definitivamente dos territórios onde ainda existem remanescentes dessas comunidades, que se mantêm em resistência apesar das dificuldades de subsistência e da manutenção de sua cultura.

No final de outubro passado, a Quinta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) negou agravo de instrumento à Aracruz Celulose (Fibria), que tentava cassar a liminar da Justiça de primeiro grau que tornou indisponíveis os imóveis obtidos pela empresa por meio de grilagem no antigo território quilombola do Sapê do Norte, formado pelos municípios de São Mateus e Conceição da Barra, e suspendeu os financiamentos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) à empresa para plantio de eucalipto ou produção de celulose nas duas cidades.

A ação interposta pelo Ministério Público Federal (MPF) no Estado aponta que no início da década de 1970, antigos funcionários da Aracruz Celulose foram usados indevidamente pela empresa, pois não se tratavam de agricultores, mas se passaram como tais perante o governo do Estado, para obtenção de título de domínio de terras rurais devolutas, transferindo-as em seguida para a Aracruz Celulose. A procuradora que assina a ação civil pública é Walquiria Imamura Picoli, profissional que despertou confiança nas comunidades tradicionais do Estado.



Boletim de Notícias - Edição nº 209/ 2014

Brasília, 21 de novembro de 2014.

14 MPMA ajuíza ação para defender moradores da Vila Cajueiro
SÍTIO 180 GRAUS, 21.11.2014

A 1ª Promotoria de Justiça Especializada em Conflitos Agrários de São Luís ajuizou Ação Civil Pública com pedido de liminar, na última segunda-feira, 17, pedindo à Justiça que impeça a empresa WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais de obstruir, direta ou indiretamente, o acesso dos moradores da comunidade tradicional Vila Cajueiro, na zona rural da capital, às vias e ruas da região.

O Ministério Público requer, ainda, que a empresa não impeça os moradores de realizar novas construções e plantações, bem como de pescar nas áreas ocupadas Parnauçu e Cajueiro. O pedido se estende às empresas Leões Dourados Serviços de Segurança LTDA e Atlântica.

Publicado Por: Igor Leonardo



Boletim de Notícias - Edição nº 209/ 2014

Brasília, 21 de novembro de 2014.

15 Governo e Pnud irão mapear comunidades tradicionais de matriz africana
SÍTIO VERMELHO, 21.11.2014

Foi publicado nesta quinta-feira (20), Dia Nacional da Consciência Negra, edital que visa a selecionar entidades interessadas na realização de “Mapeamento Socioeconômico e Cultural dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana em 11 Municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – RJ”.

Reprodução



O edital está disponível a partir de 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, no site do PNUD. O prazo para as instituições interessadas se inscreverem vai até às 17h do dia 22 de dezembro.

As organizações têm até às 17h do dia 22 de dezembro de 2014 para se inscrever. O edital é fruto de uma parceria entre a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) da Presidência da República e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil.

Além da capital fluminense, serão contemplados os municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, São Gonçalo, São João de Meriti, Japeri e Mesquita.

O objetivo principal da iniciativa é munir os poderes públicos de dados que orientem e subsidiem a elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas para Povos e comunidades

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 209/ 2014

Brasília, 21 de novembro de 2014.

Tradicionais de Matriz Africana no Estado.

Com o edital, pretende-se diagnosticar os aspectos socioeconômicos e culturais, políticas públicas e demandas relacionadas às necessidades dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana em 11 municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, com vistas ao diagnóstico do acesso a políticas públicas.

Em complementação, serão realizadas reuniões periódicas com o Comitê Gestor do Mapeamento para monitoramento e validação dos dados gerados; além da busca por publicizar, em formato impresso e em meio digital, o resultado do mapeamento junto às comunidades.

Todos os detalhes estão disponíveis em <http://bit.ly/1HrklhY>

Fonte: OnuBR



Boletim de Notícias - Edição nº 209/ 2014

Brasília, 21 de novembro de 2014.

16 Missa dos Quilombos marca a abertura oficial da Semana da Consciência Negra no Amapá
SÍTIO JORNAL DO DIA, 21.11.2014

Andreza Sanches

sanchesandreza@yahoo.com.br

Da Redação - Agência Amapá



O Dia Nacional da Consciência Negra foi celebrado com muita festa e religiosidade no Centro de Cultura Negra do Estado. Representantes de várias matrizes afrodescendentes, moradores de comunidades negras e líderes de movimentos sociais estiveram reunidos nesta quinta-feira, 20, durante a abertura das comemorações da Semana da Consciência Negra e do 20º Encontro dos Tambores, que seguem até o dia 25 de novembro. No palco, representantes da Umbanda, do Candomblé, do Tambor de Mina e da Igreja Católica se uniram em orações e canções religiosas.

As homenagens começaram com a tradicional celebração da Missa dos Quilombos, presidida pelo padre Paulo Roberto. No palco, representantes da Umbanda, do Candomblé, do Tambor de Mina e da Igreja Católica se uniram em orações e canções religiosas em comemoração à data, que relembra a morte e luta de Zumbi dos Palmares, e a reflexão sobre o papel do negro no contexto social. Um pedido de paz e agradecimentos pela riqueza cultural do Amapá foi feito pelos líderes religiosos.

Durante a celebração, as canções ganhavam um brilho a mais com o toque do tambor e a apresentação de um coral e dançarinos vestidos com trajes típicos das raízes africanas. Um dos momentos mais marcantes da missa foi o ofertório, momento em que os líderes recebem alimentos como oferenda.

CONT.



Aos 67 anos, a aposentada Maria do Nascimento faz questão de se deslocar de sua comunidade no Torrão do Matapi para acompanhar, com muita dança e oração, os festejos na capital. "É um momento único, me emociono toda vez que vejo essas comunidades reunidas para comemorar o Dia da Consciência Negra, símbolo da resistência da cultura e movimento do negro", disse.

Após a missa, os grupos Banzeiro do Brilho de Fogo, Filhos do Criaú e São Sebastião do Igarapé do Lago abriram a agenda de apresentações culturais na União dos Negros do Amapá (UNA). Mais de 40 grupos afro-religiosos se apresentarão durante as cinco noites de programação.

O presidente da UNA, Rildo Costa, enfatizou que a programação reunirá o Marabaixo, o Batuque, a Umbanda e o Candomblé em uma semana de reflexão para a importância da cultura negra. "Todas as noites haverá apresentação de cerca de dez grupos representantes das comunidades negras do Amapá, áreas quilombolas e rurais. É um momento de refletir e trabalhar pelo fortalecimento da nossa cultura", acrescentou.

De acordo com a secretária Extraordinária de Políticas para os Afrodescendentes, Neucirene Almeida, a Semana da Consciência Negra também será de comemorações pelos avanços nas políticas públicas relativas ao segmento.

"Através da ação de governo - Seafro presente com você - conseguimos alcançar mais de 80 comunidades, levando informações sobre o programa federal Brasil Quilombola, e como grande resultado acessamos pela primeira vez o PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural, onde 39 unidades habitacionais já foram entregues na comunidade de São Pedro dos Bois, e outras sendo beneficiadas como Curralinho e Ressaca da Pedreira. Temos muitos avanços em ações afirmativas", disse a gestora.

No Amapá há 124 comunidades negras mapeadas; destas, 33 já certificadas pela Fundação Palmares, quatro tituladas e três com processo aberto para certificação.

A Semana da Consciência Negra é promovida pelo Governo do Estado por meio da Secretaria Extraordinária de Políticas para os Afrodescendentes (Seafro), Secretaria de Estado da Cultura (Secult) em parceria com a União dos Negros do Amapá (UNA). A programação ocorrerá até o dia 25 de novembro, com início das apresentações às 19h.

Confira a programação

Sexta-feira, 21

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 209/ 2014

Brasília, 21 de novembro de 2014.

Rufar dos Tambores

Marabaixo do Arthur Sacaca

Raízes da Favela

Ilha Redonda

Comunidade do Rosa

Azebic

Comunidade do Goiabal

Lagoa dos Índios

Raízes do Babá

São Pedro dos Bois

Raízes do Marabaixo da Tia Joca

Sábado, 22

Rufar dos Tambores

Associação Folclórica do Pavão

Quilombo São João Maruanum II

Raimundo Ladislau

G. F. C. Nossa Senhora do I. Lago

São Francisco do Matapi - Tia Sinhá

Tia Zezinha

Cunani

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 209/ 2014

Brasília, 21 de novembro de 2014.

Comunidade do Coração

Alto Pirativa

União Folclórica de Campina Grande

Domingo, 23

G. F. C. do Ambé e A. F. Nossas Raízes

União Folclórica do Igarapé do Lago

Ressaca da Pedreira

Santo Antônio do Matapi

São Sebastião do Mazagão Novo

Berço do Marabaixo da Favela

Comunidade do Mata Fome

Batuque Raízes do Coração

Torrão do Matapi

Herdeiros do Marabaixo

Segunda-feira, 24

Rufar dos Tambores

Raízes do Marabaixo (infantil)

São Benedito do Mazagão Novo

Santa Luzia do Maruanum II

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 209/ 2014

Brasília, 21 de novembro de 2014.

Comunidade do Carvão

Tambor de Criola (Porto Grande)

Raízes do Bolão

Tradição Cultural São Benedito de Campina Grande

São Raimundo do Pirativa

Irmandade São José da Pedreira

Associação Folclórica Curiaú

Terça-feira, 25

Participação Especial

Grupo Cultural Asafes do Rei - Quilombo do Mel

Ancestrais

Marabaixo do Laguinho

Grupo Cultural Malocão do Pedrão

Show de artistas locais

17 Artesanato quilombola em exposição em JP
SÍTIO PB AGORA, 21.11.2014



Artesanato quilombola é exposto no Espaço Cultural até esta sexta-feira

Biojoias, cerâmica, serigrafia, canecas personalizadas e produtos de habilidades manuais podem ser adquiridos até esta sexta-feira (21), na Feira de Cultura Afro-Paraibana, no Espaço Cultural, em João Pessoa. As peças são confeccionadas artesanalmente através de projetos sociais nas comunidades quilombolas de várias regiões do Estado.

O evento integra a programação do Novembro Negro 2014 – Mais Equidade e Menos Racismo, realizado pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria da Mulher e Diversidade Humana, Funesc e Programa de Artesanato da Paraíba. Entre os produtos expostos, o público pode adquirir colares, brincos, pulseiras, camisetas e utensílios domésticos.

Para a artesã e monitora Francieane da Silva, do curso de bijuterias da Casa de Cultura Ile Asé D’Osoguiã, em Paratibe, no bairro do Valentina, em João Pessoa, a oportunidade de mostrar os trabalhos desenvolvidos no quilombo é essencial para a valorização da cultura e apoio da economia local. “Estou no projeto desde o início do ano e tenho a oportunidade de transformar 20 crianças e 32 adolescentes em pequenos e futuros empreendedores. Além deles aprenderem um ofício, eles saem da ameaça das drogas, aprendem sobre história e praticam atividades esportivas como a capoeira”, explicou.

A professora e também artesã, Ana lúcia Rodrigues, mora no Quilombo do Ipiranga, no município do Conde, junto com outras 121 famílias. Exceção entre os moradores que vivem da agricultura e da pesca, a artesã enxergou no artesanato uma nova fonte de renda. “Encontrei na própria natureza elementos essenciais que poderiam virar verdadeiras obras de arte. Por isso, além da minha sala de aula de ensino regular, hoje instruo mais de 50 alunos da comunidade repassando meus conhecimentos artesanais. Nada

CONT.



melhor do que fazer o que se gosta em um ambiente em que amamos morar”, disse.

Já as primas Damiana Rodrigues e Adriana dos Santos, da comunidade vizinha Guruji, no Conde, vivem da agricultura, mas têm na cerâmica um meio de obter mais renda em todas as épocas do ano, inclusive nas edições do Salão do Artesanato. “Fazemos parte da associação ‘Mãe do Barro’ que possui sete mulheres. Quando não tiramos o sustento da roça, nos voltamos para a produção do barro. E assim estamos nos preparando já para as vendas de final de ano”, comemorou a artesã Adriana.

“É importante sair da produção e comercialização apenas nas comunidades para ganhar maior visibilidade fora e garantir a sustentabilidade destas famílias. Só na Paraíba possuímos 41 comunidades quilombolas, sendo 37 reconhecidas oficialmente pela Fundação Cultural Palmares do Governo Federal”, acrescentou o gerente executivo de Equidade Racial, José Roberto.

O Núcleo de Formação de Agentes de Cultura da Juventude Negra (NUFAC), em João Pessoa, contribui com ações de políticas públicas voltadas às comunidades quilombolas na Paraíba. Na Capital, os interessados podem participar de cursos para produção cultural, confeccionador de bijuterias e artesão de biojoias. Os cursos são voltados para jovens que se auto declarem negros e negras entre 15 e 29 anos, residentes nos bairros Planalto Boa Esperança, Gramame, Engenho Velho, Valentina de Figueiredo, Mangabeira, Grotão, Colinas do Sul, Cuiá, Paratibe e Muçumago. Mais informações pelo telefone 3241-9937.

Redação com Assessoria

18 CRC participa de ação social em Comunidade Quilombola
SÍTIO PB AGORA, 21.11.2014



A Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes), João Pessoa, através do Centro de Referência da Cidadania do Valentina de Figueiredo, em parceria com a Faculdade Paraíba (FPB), vai realizar uma ação social na Comunidade Quilombola de Paratibe, neste sábado (22), para marcar a passagem do Dia da Consciência Negra. O evento acontece no horário de 9 às 15h e vai beneficiar cerca de 500 famílias, entre quilombolas e moradores vizinhos.

Luiz Costa, coordenador dos Centros de Referência da Cidadania (CRCs), diz que a ação faz parte do calendário temático realizado durante todo o ano. “As atividades são realizadas nas comunidades onde estão localizados os CRCs ou nas comunidades assistidas pela Sedes. Desta vez iremos centrar a ação para o dia da consciência negra e os direitos da criança e do adolescente”, destacou.

A partir das 9h, os comunitários poderão fazer o cadastro do Programa Bolsa Família e o Cartão Cidadão, receber assessoria jurídica e informações sobre gestão de pequenos negócios, entre outros benefícios, executados por sete técnicos e 28 alunos dos cursos de corte e costura do CRC Valentina de Figueiredo.

A Secretaria Municipal de Saúde também estará presente com um estande com serviços básicos da área de saúde como verificação de pressão e outros.

Costa lembra que essa é a segunda atividade realizada pela Sedes em parceria com a FPB. A primeira ação social foi realizada no bairro Costa e Silva, no mês de maio deste ano.

Imagem ilustrativa

Secom-JP



19 Emater fortalece atendimento a quilombolas
SÍTIO AGÊNCIA PARÁ, 21.11.2014

Da Redação
Agência Pará de Notícias

Atualizado em 21/11/2014 14:01:00

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater) atende mais de dois mil quilombolas regularmente no Estado, praticando no dia a dia os preceitos lembrados nesta quinta-feira, 20, Dia Nacional da Consciência Negra.

A maior parte, 500 famílias de nove comunidades, está em Santarém, no oeste do Pará, sendo acompanhado pelo escritório local por meio de uma chamada pública do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A intermediação de recursos está prevista para quase R\$ 1,5 milhão, com prazo até o meio de 2015.

De acordo com o gerente dessa chamada pública, o engenheiro florestal Artemas de Barros Júnior, o objetivo é “fortalecer as cadeias produtivas, respeitando-se as tradições e a cultura das comunidades. Não há imposição de nada. As comunidades são consultadas e indicam seus interesses”, diz.

“Estamos em fase de levantamento de dados e diagnóstico socioeconômico. Pelo que já podemos perceber, as famílias querem aplicar o fomento do Brasil Sem Miséria em projetos de pesca artesanal, galinha caipira e fruticultura”, explica a engenheira agrônoma da Emater, Magnalda Maria Batista.

De uma dessas comunidades, Saracura, localizada às margens do rio Amazonas, inclusive é de onde vem a candidata a Miss Agrifal pelo escritório regional da Emater em Santarém, Iara Cristhiene Braga. O concurso é parte da Feira da Agricultura Familiar da Amazônia Legal (Agrifal), cuja terceira edição a Emater realizará em Santarém, de 27 a 30 de novembro. “Represento a beleza e a força da mulher quilombola. Meu plano é estudar Agronomia e voltar para a Saracura, para aplicar os conhecimentos científicos”, conta.

Nos municípios de Moju e Cachoeira do Piriá, no nordeste paraense, também há ações pontuais da Emater sobre mais de 400 famílias. “Realizamos visitas técnicas e promovemos a participação de alguns grupos em feiras”, resume a economista da Emater, Adda Elen Lima, responsável pelo programa de atendimento a quilombolas.

Um dos avanços na estruturação dessa rede de trabalho da Emater é a presença no quadro profissional de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 209/ 2014

Brasília, 21 de novembro de 2014.

dois técnicos em agropecuária remanescentes de quilombos, contratados também via chamadas públicas. Érika Gomes e Raimundo Caetano atuam, respectivamente, em Ananindeua, na Região Metropolitana de Belém e em Portel, no Marajó. Os dois são da comunidade Abacatal, em Ananindeua.

“Ser quilombola e prestar assistência técnica diretamente na comunidade a que pertenço é um diferencial tamanho: entendo na pele a realidade e os interesses coletivos. É uma grande conquista para a Emater e para o governo do estado poder desenvolver sob essa perspectiva”, diz Gomes.

Aline Miranda

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará



20 Ypo'i: "Estamos aqui em homenagem aos cinco anos de passagem dos assassinatos de Rolindo e Jenivaldo Vera"

SÍTIO CIMI, 21.11.2014

Inserido por: Administrador em 21/11/2014.

Fonte da notícia: [Tekoha Ypo'i - Guarani e Kaiowá](#)

"Estamos nessa homenagem muito tristes de lembrar o que aconteceu no nosso tekoha, lembrar do que aconteceu é viver de novo o que aconteceu. É importante lembrar que, mesmo passados cinco anos dos assassinatos dos nossos dois professores guaranis dentro da nossa Tekoha Ypo'i, nenhum responsável foi punido", escreve em carta a comunidade depois de encontro, no Mato Grosso do Sul, que lembrou os cinco dos assassinatos impunes dos professores Rolindo e Jenivaldo Vera.

Os Guarani e Kaiowá cobram ainda a demarcação de terras, lembram do assassinato de Marinalva Manoel e denunciam mais um caso de discriminação e racismo no município de Paranhos. A vítima foi o cacique Ilson Soares, do tekoha Y'Hovy, oeste do Paraná.

Leia na íntegra:



Direcionado aos órgãos CNJ, FUNAI, SDH, MPF, STF, AGU, Casa Civil e 6ª Câmara

Nós da comunidade Ypo'i, nhanderu e lideranças, junto com outras várias comunidades, Potrero Guasu, Pirajuí, Paraguasu, Arroio Korá e Tekoha Y'Hovy do Paraná, reunidos nos dias 30, 31 de outubro e 1º de novembro no Tekoha Ypo'i, no estado do Mato Grosso do Sul, estamos aqui em homenagem aos cinco anos de passagem dos assassinatos dos 2 professores guaranis, Rolindo Vera e Jenivaldo Vera, que morreram em função da luta pela nossa terra. Estamos nessa homenagem muito tristes de lembrar o que aconteceu

CONT.



no nosso tekoha, lembrar do que aconteceu é viver de novo o que aconteceu. É importante lembrar que, mesmo passados cinco anos dos assassinatos dos nossos dois professores guaranis dentro da nossa Tekoha Ypo'i, nenhum responsável foi punido. Mas sabemos que aqueles que continuam a nos ameaçar são também aqueles que não querem que nos continuemos no nosso tekoha e, por isso, eles já mostraram e continuam a mostrar que estão dispostos a fazer qualquer coisa para nos tirar da nossa terra. Mas nós guaranis, não vamos sair da nossa terra porque essa terra é nossa, nossos pais, avós já moravam aqui há muitos anos, e nos pediram para voltar para nosso lugar, e já perdemos muitas lideranças, por isso já é mais um motivo para continuar resistindo. Porque a terra não é dos fazendeiros, a terra pertence aos Guarani.

Por isso nós da comunidade não vamos mais sair daqui, vamos morrer aqui, já perdemos dois professores e um membro da comunidade. Por essa razão do encontro dos nossos nhanderu, estamos nos organizando para fortalecer, ainda mais, o nosso espiritual. E os nhanderu exigiram nesse encontro que saia a demarcação e a homologação de todos os tekoha dos Guarani Kaiowá, e demais povos indígenas que estão na mesma situação. Exigimos ao governo federal, e ao estado do Mato Grosso do Sul, respeito a nossa decisão e a nossa cultura. Não basta só a demarcação da nossa terra, queremos também o fortalecimento da nossa autonomia e sustentabilidade, para que haja uma educação diferenciada e que esteja adequada a nossa cultura, um atendimento a saúde de qualidade, investimentos e fortalecimento da nossa agricultura, do nosso meio ambiente, e da nossa segurança. É importante lembrar nosso pedido de segurança: queremos que seja coordenada pela Operação Guarani da FUNAI, e não pela Força Nacional. Pedimos também atendimento a nossa documentação.

Justo ao final de nosso encontro, nós Guarani e Kaiowá ficamos sabendo de mais uma vítima da luta pela nossa terra. A jovem liderança kaiowá Marinalva Manoel, de 27 anos, foi encontrada na manhã desse sábado, dia 1º de novembro, jogada às margens da rodovia BR-163, em Dourados. Ela que era liderança na luta pela demarcação da Terra Indígena de Ñu Verá e integrante da Aty Guasu recebeu 35 facadas, e foi encontrada morta, depois de várias ameaças que a aldeia vinha recebendo de fazendeiros da região. Mal a gente saiu de uma homenagem de dois professores que foram assassinados e ficamos sabendo de mais uma notícia horrível.

Além disso, ainda na noite de sábado, estávamos num conhecido supermercado na cidade de Paranhos, quando presentes vimos um ato de discriminação a um indígena. Junto com a gente estava o cacique Ilson Soares, do Tekoha Y'Hovy, que sofreu discriminação porque estava com pena amarela no queixo, enfeitado com a nossa cultura. Quando depois que entrou no banheiro, o dono do supermercado chamou a Polícia Militar por causa de um índio que estava no banheiro. Esse ato de discriminação ao indígena já aconteceu várias vezes em centros comerciais de Paranhos. Repudiamos esses acontecimentos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 209/ 2014

Brasília, 21 de novembro de 2014.

Exigimos que seja feita justiça imediata em relação aos assassinatos dos nossos dois professores. Pedimos e exigimos que não haja despejo em todos os tekoha, e seja publicada a portaria de identificação e providenciada a demarcação dos tekoha Ypo'i, Triunfo, Pyelito Kue, Mbarakay, Kurusu Amba, Guyraroka, Guaiviry, Santiagokue, Yvy Katu, Arroio Kora, Potrero Guasu, Potrerito, Ka'ajari, Karaja Yvy, Mãe Terra, Buriti, e demais tekoha que estão em estudos também no estado do Paraná.

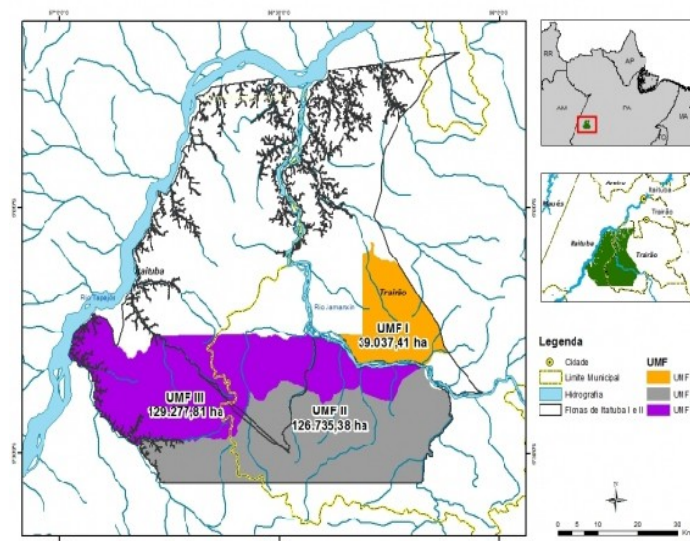
Nós, da comunidade Ypo'i, pedimos dos conselhos Aty Guasu, Apib, Comissão Yvy Rupa para ajudar nossos povos que estão na luta. Porque nós Guarani e Kaiowa já estamos prontos para avançar na luta.

Tekoha Ypo'i, Paranhos (MS), 1º de novembro de 2014.

21 MPF recomenda imediata suspensão de leilão de florestas na região das terras Munduruku
SÍTIO CIMI, 21.11.2014

Inserido por: Administrador em 21/11/2014.

Fonte da notícia: [Assessoria de Comunicação - Procuradoria da República no Pará](#)



O Ministério Público Federal (MPF) em Itaituba deu dez dias de prazo para que o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) responda à recomendação para suspender imediatamente o leilão das Florestas Nacionais Itaituba I e II, no município de mesmo nome, no sudoeste do Pará.

O MPF considera que o edital de licitação é irregular por afirmar a inexistência de população indígena ou ribeirinha na região, quando está em trâmite na Fundação Nacional do Índio (Funai) a demarcação do território tradicional dos índios Munduruku na mesma região e o próprio plano de manejo das duas florestas reconhece a existência de comunidades ribeirinhas e extrativistas.

Para o MPF, o edital “ofende a boa-fé objetiva, constituindo violação ao dever de informação com as empresas concorrentes que não estão sendo esclarecidas adequadamente quanto à existência de povos indígenas representando iminente lesão aos interesses das pretensas concorrentes, na medida em que pode haver resistência das comunidades indígenas e pedido judicial de anulação do certame”.

CONT.



A recomendação lembra também que, de acordo com a legislação brasileira, antes de qualquer concessão, as florestas públicas ocupadas ou utilizadas por comunidades deverão ser destinadas aos próprios moradores por meio da criação de reservas ou por concessão de uso.

O edital viola ainda a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, que assegura a consulta prévia, livre e informada aos povos interessados, sempre que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) também não foi ouvido pelo SFB, o que deveria ter ocorrido pela existência de vários sítios arqueológicos no perímetro das duas florestas em licitação.

Além de recomendar a suspensão do edital, o SFB deve fazer a plotagem de toda a extensão das Flonas, identificando principalmente as áreas indígenas incidentes e no entorno, realizar a consulta prévia, livre e informada aos índios e demais povos tradicionais e elaborar estudo do patrimônio arqueológico. O material deve ser encaminhado ao MPF.

As áreas de concessão florestal licitadas pelo SFB ficam na região onde o governo quer instalar a usina hidrelétrica São Luiz do Tapajós, atingindo as mesmas populações tradicionais que serão impactadas pela usina.

Leia aqui a [Íntegra da recomendação](#)

22 Aty Guasu encaminha carta aberta com decisão e reivindicações à Presidenta da República do Brasil
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 21.11.2014

Por [CombateRacismoAmbiental](#)



Na Assembleia Geral em tekoha Guaiviry onde foi assassinado cacique Nisio Gomes, 3 anos cadáver ocultado, diante disso mais de 300 lideranças, representando 20.000 mil Guarani e Kaiowa relembram da luta do cacique Nisio e declaram e amplificam apoio à resistência Guarani e Kaiowa. “Custem o que custar vamos recuperar as nossas terras ancestrais, se for preciso morrer todos para recuperar as nossas terras, vamos resistir até morte” declaram e solicitam diálogo com Presidenta da República. Lideranças do Aty Guasu solicitam apoio solidário de todos(as), apoiem a nossa luta e resistência, tudo pela vidas mais dignas da nova geração Guarani Kaiowa. Segue o resumo de decisão e reivindicações na carta do Aty Guasu.

[Aty Guasu](#)

Tekoha Guaiviry-Aral Moreira-MS, 19 de novembro de 2014.

De: lideranças do Aty Guasu, Grande Assembleia do povo Kaiowa e Guarani

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 209/ 2014

Brasília, 21 de novembro de 2014.

Para: Presidenta da República do Brasil, Excelentíssima Dilma Rousseff, Ministro da Justiça, Procurador Geral do Ministério Público Federal/MPF, Presidente do Supremo Tribunal Federal/STF.

Assunto: Decisão do Aty Guasu e a solicitação de audiência com Presidenta da República do Brasil Dilma Rousseff

No dia 18 de novembro de 2014, completam 3 anos de assassinato de cacique **Nisio Gomes. O cadáver de Nisio foi ocultado pelos fazendeiros, e demarcação está paralisada pelo Governo e Justiça Federal.** Por essa razão, entre os dias 17 e 19 nós trezentos lideranças de Aty Guasu, representando mais de 20.000 mil povo Guarani e Kaiowa reunimos no tekoha Guaiviry para confraternização histórica, relembramos a luta de várias lideranças assassinadas pelos fazendeiros nos últimos 12 anos na luta pela recuperação das terras ancestrais, destacando cacique Nisio Gomes, líder Marco Veron, Rolindo Vera, prof. Genivaldo Vera, Dorival Benites, Dorvalino Rocha, Eduardo Pires, Rosalino Solano Lopes, entre outras.

Concluimos que todos os assassinos/fazendeiros continuam impunes pela Justiça do Brasil. Além disso, constatamos que todos os processos de demarcação das terras indígenas Guarani e Kaiowa se encontram totalmente paralisadas pelo governo e justiça federal. Tanto as lideranças como os integrantes das comunidades estão ameaçadas de morte, está sendo atacada todo dia. Verificamos que existem mais de quatro (04) ordens de despejo em curso e violências permitidas contra Guarani e Kaiowa, expedidas pela Justiça Federal.

Todas as semanas, ou quase cada dia um Guarani e Kaiowa sofre violência e ataque por pistoleiros das fazendas. No dia 17/11/2014, durante a nossa reunião recebemos mais uma notícia de ataque à comunidade de Kurusu Amba, uma menina/estudante, 17 anos na tekoha Kurusu Amba foi atropelada e torturada e largada na estrada pelos pistoleiros e não foi socorrida por mais de 12 horas. Ao mesmo tempo, por três dias consecutivos, ouvimos e vemos os disparos de armas de fogo na entrada e no entorno do tekoha Guaiviry, atirando em direção de nossa assembleia Guarani e Kaiowa.

Concluimos que os pistoleiros das fazendas estão atacando e humilhando muitos o povo Guarani e Kaiowá, pois nunca foram julgados e punidos pela justiça do Brasil. Constatamos que não há mais segurança e proteção para as crianças, mulheres e idosos, diante desses fatos relatados, nós lideranças discutimos e decidimos em proteger as nossas comunidades em ameaça de morte coletiva, isto é, nós indígenas mesmos nos proteger dos pistoleiros.

Na reunião, as lideranças de tekoha Kurusu Amba narra que as comunidades no final de mês sofrerão

CONT.



violências, massacre e despejo promovidos pela Justiça Federal de Ponta Porã-MS, uma mega operação da Polícia Federal está sendo montada para atacar indígenas de Kurusu Amba no começo de dezembro de 2014. Frente ao fato, declaramos apoio solidário à resistência da comunidade de Kurusu Amba em iminente ameaça de morte e de despejo tanto pelos pistoleiros quanto pela justiça.

Na assembleia geral também avaliamos as posições do Governo e da Justiça Federal frente às demandas e situações gerais de nosso povo Guarani Kaiowa, que de fato, os nossos Direitos Constitucionais são ignorados pelo Governo e Justiça do Brasil, no último ano, o Estado brasileiro somente autoriza violências contras os povos indígenas, permitindo o extermínio de povo Guarani e Kaiowa.

Antes de declaração definitiva de confronto e reação do povo Guarani e Kaiowa contra as violências dos pistoleiros das fazendas, antes de tudo, solicitamos uma audiência urgente com o Presidenta da República do Brasil Dilma Rousseff, a principio queremos ouvir e entender a posição da Presidenta da República do Brasil sobre a demarcação das terras Guarani e Kaiowa, antes de tudo, queremos e esperamos a resposta do Governo Federal.

Em resumo, essas são as nossas demandas urgentes. Nós todas as lideranças Guarani e Kaiowa presente, já decidimos em apoiar a recuperação de nossas terras em demarcação, apoiamos a resistência do tekoha Kurusu Amba e de outras comunidades e povos indígenas no Mato Grosso do Sul. Avaliamos que não temos mais alternativa de aguardar as promessas do governo federal. Por fim mencionamos alguns fatos da justificativa de RESISTÊNCIA GUARANI E KAIOWA que no dia 18/11/2014, completam três (03) anos de assassinato de cacique NISIO GOMES e ataque à comunidade Guarani e Kaiowa de tekoha Guaiviry por pistoleiro das fazendas, o cadáver de líder Nisio foi ocultado pelos fazendeiros até hoje, e a Justiça do Brasil não julga e nem condena os assassinos. No dia 1 de novembro completam cinco (05) anos assassinatos de Genivaldo Vera e Rolindo Vera, os assassinos são impunes, o cadáver de prof. Rolindo Vera foi ocultado também pelos fazendeiros, e Terra Indígena YPO'I não foi demarcada, processo de demarcação está paralisado.

Todas as comunidades de Terras Indígenas em litígio, crianças, mulheres, idosos sofrem miséria e fome, sofrem cerco de pistoleiros armados, são ameaçadas de morte e de despejo, todos os dias, cansamos de reclamar, entendemos que o Governo e Justiça do Brasil não tomam medidas concretas para demarcar as nossas terras indígenas. Aguardamos a resposta da Presidenta do Brasil Dilma Rousseff.

Atenciosamente,

Tekoha Guaiviry-Aral Moreira, 19 de novembro de 2014

Lideranças do Aty Guasu Guarani e Kaiowa e comunidades de tekoha Guaiviry